

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) PROCURADOR (A) DA REPÚBLICA,

**RAUL MARCELO DE SOUZA**, brasileiro, casado, vereador eleito para a 19ª Legislatura da Câmara Municipal de Sorocaba, titular da cédula de identidade n. 30.351.354-23, inscrito no CPF sob o n. 288.123.258-23, advogado inscrito na OAB/SP sob o n. 342.246, com base no art. 129 da Constituição Federal, em razão de possíveis crimes contra Ministro do Supremo Tribunal Federal, vem oferecer

### **REPRESENTAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO**

Por atos praticados pelo deputado federal **NIKOLAS FERREIRA DE OLIVEIRA**, que pode ser encontrado no Gabinete 743 - Anexo IV, na Câmara dos Deputados, que se localiza na Praça dos Três Poderes – Brasília/DF – CEP 70160-900, conforme fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

#### **I. DOS FATOS**

No dia 03 de agosto de 2025, durante manifestação pública realizada na Avenida Paulista, o representado Nikolas proferiu declarações públicas direcionadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro Alexandre De Moraes, do Supremo Tribunal Federal, com ampla divulgação e repercussão midiática.

As declarações proferidas pelo representado foram as seguintes:

1. "Estamos lutando [...] para que o Alexandre de Moraes esteja atrás das grades"
2. "Alexandre, você deve estar vendo isso aqui, porque não dá para ignorar. Eu tenho um recado para te dar, Ministro. Você, sem a toga, não sobra nada"
3. "Ministro Alexandre de Moraes é um violador de direitos humanos"
4. "Estamos colocando um juizinho de meia tigela no lugar dele"

As referidas declarações foram proferidas em contexto de manifestação política, com ameaças para direcionar a atuação processual e com intuito manifesto de atingir a honra e a dignidade do Ministro do Supremo Tribunal Federal, deslegitimando a instituição que ele representa.

#### **II. DA COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

A competência do Ministério Público Federal para apuração dos fatos decorre da qualidade da vítima - Ministro do Supremo Tribunal Federal - configurando interesse direto da União, nos termos do artigo 109, inciso IV, da Constituição Federal.

Ressalta-se que a representação visa não apenas a responsabilização individual do representado, mas principalmente a proteção das instituições democráticas e do Estado de Direito, garantindo que

críticas políticas sejam exercidas dentro dos limites constitucionais, sem descambar para ofensas pessoais ou ataques à dignidade de autoridades judiciárias.

### III. DOS CRIMES IDENTIFICADOS

O representado, valendo-se de evento político com ampla repercussão midiática e significativa audiência, proferiu declaração de conteúdo intimidatório contra o Excelentíssimo Senhor Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, afirmando categoricamente que referida autoridade **"sem a toga, não é nada"**.

Relevante consignar que, logo no início do seu discurso, o representado manteve contato telefônico com Jair Messias Bolsonaro, atualmente na condição de réu em processo sob a presidência do Ministro Alexandre de Moraes, **evidenciando a coordenação de estratégia para beneficiar os interesses processuais do seu correligionário**.

A declaração proferida transcende os limites da crítica política legítima, configurando verdadeira ameaça velada à integridade da autoridade judicial, sugerindo que, despido da proteção institucional conferida pelo cargo ("sem a toga"), o magistrado encontrar-se-ia em situação de vulnerabilidade ("não é nada").

O contexto temporal e a sequência coordenada de atos - ligação ao réu seguida de declaração pública depreciativa - **demonstram o intuito deliberado de pressionar psicologicamente a autoridade judicial, objetivando favorecer os interesses do corréu no processo em curso**.

A conduta perpetrada pelo representado, em tese, se amolda perfeitamente ao tipo penal previsto no art. 344 do Código Penal, que assim dispõe:

Art. 344 - Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Registre-se que as declarações do representado foram realizadas na presença de milhares de pessoas, com reprodução posterior em redes sociais e por toda a imprensa nacional. Atualmente, é impossível mensurar o alcance total das ameaças e o estímulo que tal conduta pode gerar na população em geral.

Além do alto alcance, o representado ocupa figura de autoridade enquanto deputado federal, de modo que suas declarações podem atrair o sentimento de veracidade e impunidade.

Impossível imaginar a segurança nacional se todos os criminosos se sentirem autorizados a coagir e ameaçar os juízes dos seus processos criminais.

Além da inegável ameaça, as demais expressões utilizadas pelo representado durante o seu discurso configuram, em tese, o crime de injúria, consistente em ofender a dignidade e o decoro da vítima.

A expressão "juizinho de meia tigela" e a afirmação de que o Ministro é "violador de direitos humanos" atingem diretamente a dignidade pessoal do Ministro e constituem atribuição de qualidade negativa desonrosa.

Nada obstante, a injúria foi praticada na presença de várias pessoas, em ato público com ampla divulgação, contra funcionário público em razão de suas funções (art. 140 e art. 141, II, do CP).

Portanto, além da conduta que, em tese, configura grave ameaça para obter vantagem processual ao seu correligionário, o representado também praticou, em tese, ofensa contra a dignidade da vítima com o intuito de incitar a população brasileira contra o Ministro e deslegitimar toda a instituição por ele representada.

#### **IV. DOS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

Embora a Constituição Federal garanta a liberdade de expressão (art. 5º, IV e IX), tal direito não é absoluto. A liberdade de expressão encontra limites nos demais direitos fundamentais, especialmente a honra e a dignidade da pessoa humana (art. 5º, X, CF).

Inegavelmente, as declarações acima destacadas extrapolam o limite da crítica política legítima, configurando ofensas pessoais direcionadas à autoridade judicial.

Ademais, repreender tais condutas ratifica a natureza pedagógica da legislação penal, garantindo que os cidadãos brasileiros não nutram o sentimento de impunidade e veracidade diante dos ilícitos nacionalmente divulgados, sem qualquer pudor.

#### **V. DOS PEDIDOS**

- a) A instauração de procedimento investigatório para apuração dos crimes em tese praticados;
- b) A coleta e preservação de todas as provas documentais e audiovisuais das declarações, com a repercussão midiática do evento;
- c) Após a devida apuração dos fatos, caso confirmada a materialidade e autoria delitivas, o oferecimento de denúncia pelos crimes identificados ou outros que se revelarem durante a investigação;
- d) Subsidiariamente, na hipótese de não configuração dos crimes apontados, requer-se a análise da possibilidade de enquadramento em outras figuras típicas.

Sorocaba, 06 de agosto de 2025.

**RAUL MARCELO,**  
**OAB/SP 342.246.**

